

Redentor Energia S.A.

*Informações financeiras Intermediárias
referentes ao trimestre e período de seis meses findos em
30 de junho de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as informações financeiras intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

REDENTOR ENERGIA S.A.
COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
2T2015

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2015 - A Redentor Energia S.A. (Bovespa: RDTR3) anuncia aos seus acionistas resultados do segundo trimestre de 2015 (2T15).

A Redentor Energia S.A. (“Redentor ou Companhia”) é uma holding cujo único ativo operacional é seu investimento na RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), empresa que detém 13,03% de participação no capital social da Light S.A. (“Light”), que por sua vez atua nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A REDENTOR ENERGIA APRESENTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$9.405 MIL NO 2T15.

1. Destaques Financeiros, Operacionais e Societários - Consolidado

No 2T15 a Redentor Energia apresenta lucro líquido de R\$9.405 mil, que a exemplo de trimestres anteriores, está impactado pelo resultado proveniente de equivalência patrimonial da sua controlada RME no valor de R\$9.570 mil, refletindo sua participação na Light.

Comparativamente com o resultado apurado no 2T14, cujo lucro líquido foi de R\$25.927 mil, o resultado representa uma redução de 63,1%, justificando-se esta redução pela performance da investida indireta Light, que apresentou redução no seu lucro líquido em relação ao apurado no 2T14, em decorrência, principalmente, pela piora no desempenho do seu resultado financeiro..

As despesas operacionais apresentaram uma redução de 9,1%, em comparação com o realizado no mesmo período do exercício anterior, em decorrência de redução com despesas administrativas.

2. Mercado de Capitais

As ações da Redentor (RDTR3) encerraram o 2ITR15 cotadas a R\$5,80, contra R\$6,38 em 30 de junho de 2014, apresentando uma queda de 9,1%.

O valor de mercado (nº de ações x valor da ação) da Companhia encerrou este trimestre em aproximadamente R\$629,2 milhões.

3. Dividendos

Em 10 de agosto de 2015, a Redentor publicou Fato Relevante informando ao mercado e seus acionistas que foi informada por seu acionista controlador, Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati” ou “Ofertante”), da sua intenção de realizar oferta pública para a aquisição de até a totalidade das ações ordinárias em circulação emitidas pela Companhia, com o propósito de promover, no prazo de um ano, ao cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta (“Oferta”), nos termos do artigo 4º, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”, Lei das S.A.” ou, simplesmente “LSA”) e da Instrução CVM 361.

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, conforme comunicação recebida da Ofertante, Parati, a Oferta será formulada pelo preço máximo de R\$6,11 (seis reais e onze centavos) por ação ordinária, corrigidos pela variação da taxa SELIC a partir de 21 de julho de 2015 até a data de liquidação do leilão da Oferta. Caso o preço estabelecido pelo laudo de avaliação seja superior a este preço máximo, a Parati poderá decidir em não efetivar a Oferta e, caso seja inferior, o valor da Oferta será o preço máximo ora informado.

Após a entrega do laudo de avaliação requerido pelo §4º do artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º da Instrução CVM 361 e pelo art. 30 do Estatuto Social da Companhia, será divulgado novo fato relevante informando se a Oferta será efetivada e o preço a ser pago por ação ordinária.

Ainda após a entrega do laudo de avaliação e a confirmação de que a Oferta será efetivada, será divulgado fato relevante sobre a abertura do prazo para que os acionistas minoritários, se assim o desejarem, requeiram aos administradores da Companhia a convocação de assembleia especial dos acionistas titulares de ações em circulação no mercado para deliberar sobre realização de nova avaliação para efeito da determinação do valor de avaliação da Companhia, referido no §4º do artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações, conforme e observados o art. 4º-A e respectivo §1º da Lei das Sociedades por Ações. O lançamento da Oferta e sua eficácia estão sujeitos a obtenção do seu registro junto à CVM.

A Redentor manterá o mercado informado quanto aos desdobramentos relevantes desta Operação, os quais serão imediatamente divulgados, em atendimento ao que determina a Instrução CVM 358/02 e a Lei das S.A.

4. Serviços Prestados pelo Auditor Independente

A Companhia não contratou da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

5. Critérios contábeis adotados

As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das informações financeiras revisadas. As informações financeiras consolidadas apresentadas neste relatório representam 100% do resultado da RME.

6. Informações adicionais sobre Light

Maiores informações ou abertura de dados econômico-financeiros e operacionais sobre a Light poderão ser encontradas nos Comentários de Desempenho individuais da empresa, disponíveis na internet, através do endereço: www.light.com.br/ri;

7. Aviso

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações

sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

8. Contatos

Guilherme Rodrigues de Paula Chiari

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Telefones: + 0 XX (31) 3506-3929

e-mail: ri@cemig.com.br

Website: www.redentorenergia.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Redentor Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Redentor Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7

REDENTOR ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 30/06/2015 | 31/12/2014 | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| ATIVO | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 9 | 2 | 1.533 | 738 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | - | 1.100 | 5.083 | 7.476 |
| Dividendos e JCP a receber | 5 | 20.659 | 20.659 | 20.515 | 20.515 |
| Tributos e contribuições a recuperar | 6 | 369 | 348 | 642 | 658 |
| | | <u>21.037</u> | <u>22.109</u> | <u>27.773</u> | <u>29.387</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 1.330 | 439 | 2.685 | 1.050 |
| Investimentos | 7 | 490.320 | 480.750 | 482.157 | 472.873 |
| Impostos diferidos | 6 | - | - | 169 | 208 |
| | | <u>491.650</u> | <u>481.189</u> | <u>485.011</u> | <u>474.131</u> |
| Total do Ativo | | <u>512.687</u> | <u>503.298</u> | <u>512.784</u> | <u>503.518</u> |
| PASSIVO | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores | | 7 | 20 | 11 | 35 |
| Tributos e contribuições | 6 | 2 | 5 | 95 | 207 |
| Dividendos a pagar | 9 | 20.576 | 20.576 | 20.576 | 20.576 |
| Outros | | 5 | 5 | 5 | 8 |
| | | <u>20.590</u> | <u>20.606</u> | <u>20.687</u> | <u>20.826</u> |
| PATRIMONIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital Social | 10 | 250.576 | 250.576 | 250.576 | 250.576 |
| Reserva de lucros | | 191.443 | 191.443 | 191.443 | 191.443 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 52.134 | 53.407 | 52.134 | 53.407 |
| Outros resultados abrangentes | | (12.734) | (12.734) | (12.734) | (12.734) |
| Lucros acumulados | | 10.678 | - | 10.678 | - |
| | | <u>492.097</u> | <u>482.692</u> | <u>492.097</u> | <u>482.692</u> |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | <u>512.687</u> | <u>503.298</u> | <u>512.784</u> | <u>503.518</u> |

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---------------------------------------------------------------------|------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
| Receita Operacional- equivalência patrimonial | 7 | (7.313) | 9.570 | 2.161 | 26.126 | (7.467) | 9.284 | 1.991 | 25.515 |
| Despesas Operacionais | | | | | | | | | |
| Administrativas e Gerais | | (124) | (262) | (163) | (288) | (181) | (354) | (225) | (399) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | (7.437) | 9.308 | 1.998 | 25.838 | (7.648) | 8.930 | 1.766 | 25.116 |
| Resultado financeiro: | | | | | | | | | |
| Receitas de aplicações financeiras | | 50 | 97 | 49 | 89 | 330 | 604 | 359 | 1.108 |
| | | 50 | 97 | 49 | 89 | 330 | 604 | 359 | 1.108 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 | (7.318) | 9.534 | 2.125 | 26.224 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 6.3 | - | - | - | - | (50) | (90) | (59) | (258) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 6.3 | - | - | - | - | (19) | (39) | (19) | (39) |
| | | - | - | - | - | (69) | (129) | (78) | (297) |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 |
| Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$ | 11 | (0,07) | 0,07 | 0,02 | 0,24 | (0,07) | 0,09 | 0,02 | 0,24 |
| Média ponderada de ações no período | | 108.480.848 | 108.480.848 | 108.480.848 | 108.480.848 | 108.480.848 | 108.480.848 | 108.480.848 | 108.480.848 |

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | <u>(7.387)</u> | <u>9.405</u> | <u>2.047</u> | <u>25.927</u> | <u>(7.387)</u> | <u>9.405</u> | <u>2.047</u> | <u>25.927</u> |

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

| | Reservas de Lucros | | | Dividendos adicionais propostos | Ajuste Aval. Patrimonial | | Lucros acumulados | Total |
|------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|----------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva Estatutária | | Reserva reflexa custo atribuído | Outros resultados abrangentes | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 250.576 | 11.456 | 111.364 | 50.730 | 55.971 | (9.984) | - | 470.113 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa | - | - | - | - | (1.286) | - | 1.286 | - |
| Dividendos aprovados em AGO em 29/04/2014 R\$/ação 0,46764 | - | - | - | (50.730) | - | - | - | (50.730) |
| Lucro do período | - | - | - | - | - | - | 25.927 | 25.927 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do período | - | - | - | - | - | - | 25.927 | 25.927 |
| Saldos em 30 de junho de 2014 | <u>250.576</u> | <u>11.456</u> | <u>111.364</u> | <u>-</u> | <u>54.685</u> | <u>(9.984)</u> | <u>27.213</u> | <u>445.310</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 250.576 | 15.788 | 175.655 | - | 53.407 | (12.734) | - | 482.692 |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa | - | - | - | - | (1.273) | - | 1.273 | - |
| Lucro do período | - | - | - | - | - | - | 9.405 | 9.405 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do período | - | - | - | - | - | - | 9.405 | 9.405 |
| Saldos em 30 de junho de 2015 | <u>250.576</u> | <u>15.788</u> | <u>175.655</u> | <u>-</u> | <u>52.134</u> | <u>(12.734)</u> | <u>10.678</u> | <u>492.097</u> |

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------------|------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 9.405 | 25.927 | 9.534 | 26.224 |
| Ajustes por: | | | | | |
| Equivalência patrimonial | 7 | (9.570) | (26.126) | (9.284) | (25.515) |
| Receitas Financeiras incidentes sobre Títulos e Valores Mobiliários | | (97) | (89) | (604) | (1.108) |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| Redução (Aumento) tributos e contribuições a recuperar e pagar | | (24) | (18) | (186) | (3.732) |
| Aumento (Redução) de fornecedores | | (13) | 8 | (24) | 12 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos | | - | 27.500 | - | - |
| (Redução) em outras obrigações | | - | (1) | (3) | (2) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | <u>(299)</u> | <u>27.201</u> | <u>(567)</u> | <u>(4.121)</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | | | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4 | <u>306</u> | <u>302</u> | <u>1.362</u> | <u>22.996</u> |
| Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos | | <u>306</u> | <u>302</u> | <u>1.362</u> | <u>22.996</u> |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | | | | |
| Dividendos pagos | | <u>-</u> | <u>(27.499)</u> | <u>-</u> | <u>(27.499)</u> |
| Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos | | <u>-</u> | <u>(27.499)</u> | <u>-</u> | <u>(27.499)</u> |
| | | | | | |
| Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa | | <u>7</u> | <u>4</u> | <u>795</u> | <u>(8.624)</u> |
| | | | | | |
| Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| No início do período | 3 | 2 | 1 | 738 | 8.630 |
| No fim do período | 3 | 9 | 5 | 1.533 | 6 |
| Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa | | <u>7</u> | <u>4</u> | <u>795</u> | <u>(8.624)</u> |

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------------|------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | | |
| Serviços e despesas administrativas | | (156) | (196) | (228) | (289) |
| Valor adicionado bruto | | (156) | (196) | (228) | (289) |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7 | 9.570 | 26.126 | 9.284 | 25.515 |
| Receitas financeiras | | 97 | 89 | 604 | 1.108 |
| Valor adicionado total a distribuir | | <u>9.511</u> | <u>26.019</u> | <u>9.660</u> | <u>26.334</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | <u>9.511</u> | <u>26.019</u> | <u>9.660</u> | <u>26.334</u> |
| Pessoal | | | | | |
| Pró-labore- Administradores | | 88 | 76 | 105 | 91 |
| Encargos previdenciários - INSS | | 18 | 16 | 21 | 19 |
| | | <u>106</u> | <u>92</u> | <u>126</u> | <u>110</u> |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | 129 | 297 |
| Remuneração de capitais próprios | | | | | |
| Lucros retidos | | <u>9.405</u> | <u>25.927</u> | <u>9.405</u> | <u>25.927</u> |

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

REDENTOR ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, PARA O TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Redentor Energia S.A. (“Companhia” ou “Redentor”), sociedade por ações de capital aberto, com sede em Belo Horizonte/MG, tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

A Companhia foi constituída em 29 de abril de 2010, por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A., e teve como aporte inicial de capital a totalidade as ações da empresa Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) que, por sua vez, possuía 13,03% das ações da Light S.A. (“Light”). A Light é uma companhia aberta, que atua como holding de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

A controlada RME foi constituída em 23 de março de 2006, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto a participação direta ou indireta no capital de empresas que atuem no setor de energia elétrica. A RME possui 13,03% das ações da Light.

Em 12 de maio de 2011, a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia (“Parati”), empresa coligada da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), adquiriu do Fundo de Investimento em Participações - PCP (“FIP-PCP”) 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, tornando-se assim o seu acionista controlador.

Em 30 de setembro de 2011, a Parati adquiriu, por intermédio de leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da Redentor, ocorrido em 27 de setembro de 2011, através do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Bovespa”), 46.341.664 ações ordinárias de emissão da Redentor, correspondendo a 93,04% das ações em circulação e a 42,72% do total de ações. Desta forma a Parati passou a deter 96,81% do capital social da Redentor, remanescendo ainda em circulação 3,20% do capital total.

Em 19 de março de 2013, foi realizada a liquidação do leilão, e, tendo em vista que o número de ações adquiridas foi inferior ao montante mínimo de 2/3 das ações em circulação, conforme previsto no inciso II, do artigo 16, da Instrução CVM nº 361 de 5 de março de 2002, a Companhia continuou registrada perante a CVM, porém, com suas ações ordinárias sendo negociadas no segmento tradicional da Bovespa.

Em 03 de junho de 2015, a Redentor publicou Fato Relevante informando ao mercado que seu acionista controlador, Parati, detentor de 96,81% do capital social total da Companhia, recebeu dos fundos Pátria Hedge Master Fim e Absolute Alpha Master Fim (“Acionistas”), que juntos detêm 2,30% do capital social total da Companhia, montante representativo de 72,16% das ações em circulação, proposta de alienação de suas ações no âmbito de uma oferta pública para fins de cancelamento de registro como companhia aberta da Redentor.

Os Acionistas se comprometeram a alienar suas ações em uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pelo valor de R\$6,00 (seis reais) por ação ordinária, corrigido pela variação da taxa SELIC, desde o dia 1º de junho de 2015 até a data de liquidação do referido leilão.

OPA de Fechamento de Capital da Redentor:

Em 10 de agosto de 2015, a Redentor publicou Fato Relevante comunicando ao mercado e a seus acionistas que foi informada por seu acionista controlador, Parati, da sua intenção de realizar oferta pública para a aquisição de até a totalidade das ações ordinárias em circulação emitidas pela Companhia, com o propósito de promover, no prazo de um ano, ao cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta (“Oferta”), nos termos do artigo 4º, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”, Lei das S.A.” ou, simplesmente “LSA”) e da Instrução CVM 361.

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, conforme comunicação recebida da Ofertante, Parati, a Oferta será formulada pelo preço máximo de R\$6,11 (seis reais e onze centavos) por ação ordinária, corrigidos pela variação da taxa SELIC a partir de 21 de julho de 2015 até a data de liquidação do leilão da Oferta. Caso o preço estabelecido pelo laudo de avaliação seja superior a este preço máximo, a Parati poderá decidir em não efetivar a Oferta e, caso seja inferior, o valor da Oferta será o preço máximo ora informado.

Após a entrega do laudo de avaliação requerido pelo §4º do artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º da Instrução CVM 361 e pelo art. 30 do Estatuto Social da Companhia, será divulgado novo fato relevante informando se a Oferta será efetivada e o preço a ser pago por ação ordinária.

Ainda após a entrega do laudo de avaliação e a confirmação de que a Oferta será efetivada, será divulgado fato relevante sobre a abertura do prazo para que os acionistas minoritários, se assim o desejarem, requeiram aos administradores da Companhia a convocação de assembleia especial dos acionistas titulares de ações em circulação no mercado para deliberar sobre realização de nova avaliação para efeito da determinação do valor de avaliação da Companhia, referido no §4º do artigo 4º da Lei das Sociedades por Ações, conforme e observados o art. 4º-A e respectivo §1º da Lei das Sociedades por Ações. O lançamento da Oferta e sua eficácia estão sujeitos a obtenção do seu registro junto à CVM.

2. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A aprovação para conclusão das informações financeiras intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 13 de agosto de 2015.

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras

intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas e, portanto, estas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas em 18 de março de 2015, as quais foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

O IAS 34 e o CPC 21 (R) requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo, quando aplicável.

- a) Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas que entraram em vigor desde 1º de janeiro de 2015

Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Plano de Benefício Definido: Contribuição ao empregado - As alterações à IAS 19 /CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração à norma existente.

Melhorias anuais às IFRSs - Ciclo 2011-2013

- As alterações na IFRS 3/CPC 15: Esclarecem que o IFRS 3 não se aplica na contabilização da formação de todos os tipos de operações compartilhadas na demonstração financeira da empresa de controle compartilhado.
- As alterações na IFRS 13/CPC 46: Esclarecem que o escopo das alternativas de exceções para a mensuração do valor justo de um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros em bases compensadas incluem todos os contratos que estão dentro do escopo ou registrados de acordo com a IAS 39/CPC 38 ou IFRS 9, mesmo se os contratos não se enquadrarem na definição de ativos financeiros ou passivos financeiros pela IAS 32/CPC 39.
- As alterações da IAS 40/CPC 28: Esclarece que a IAS 40/CPC 28 e a IFRS 3/CPC 15 não são mutuamente excludentes e a aplicação de ambas as normas pode ser requerida.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações às normas existentes.

Melhorias anuais às IFRSs - Ciclo 2010-2012

- Alterações na IFRS 2/CPC 10: Alteram a definição de “condição de aquisição” (*vesting condition*) e “condição de mercado” (*market condition*), além de adicionar “condição de performance” (*performance condition*) e “condição de serviço” (*service condition*), que anteriormente estavam inclusas na definição de *vesting condition*.
- Alterações na IFRS 3/CPC 15: Esclarecem que as considerações contingentes (“*Contingent Consideration*”) que são classificadas como um ativo ou passivo devem ser mensuradas pelo valor justo a cada data de reporte.
- Alterações na IFRS 8(1)/CPC 22: Requer que uma entidade divulgue os julgamentos efetuados pela Administração ao aplicar o critério de agregação de segmentos operacionais, além de esclarecer que a reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportados e o total dos ativos da companhia devem ser feitas apenas se os ativos por segmento são regularmente utilizados pelo corpo executivo tomador de decisão.
- As alterações na base para as conclusões da IFRS 13/CPC 46: Esclarecem que a emissão desse IFRS não elimina a possibilidade de mensuração de recebíveis e obrigações a curto prazo sem incidência de juros pelo montante da nota fiscal, sem descontos, caso o efeito desse desconto seja imaterial.
- Alterações das IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04: removem inconsistências observadas na contabilização de depreciação e amortização acumulada quando um item de ativo imobilizado ou ativo intangível é reavaliado. As alterações da norma esclarecem que o valor contábil bruto é ajustado de forma consistente com a reavaliação do valor do ativo e que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre o valor bruto do bem e o valor do bem após serem consideradas perdas de *impairment* acumuladas.

Não são esperados impactos significativos quando das aplicações de nenhuma modificação às normas descritas acima.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
| Bancos - Conta corrente | 9 | 2 | 14 | 3 |
| Aplicações financeiras | - | - | 1.519 | 735 |
| Total | <u>9</u> | <u>2</u> | <u>1.533</u> | <u>738</u> |

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média dessas aplicações é de 103% do CDI, em 30 de junho de 2015 (103% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 12.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários | - | - | 818 | 1.281 |
| Letras Financeiras - Bancos | - | - | 2.355 | 3.140 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | 1.110 | - |
| Debêntures | - | 1.100 | 727 | 2.984 |
| Outros | - | - | 73 | 71 |
| | <u>-</u> | <u>1.100</u> | <u>5.083</u> | <u>7.476</u> |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Letras Financeiras - Bancos | - | - | 88 | 93 |
| Debêntures | 1.330 | 439 | 2.597 | 955 |
| Outros | - | - | - | 2 |
| | <u>1.330</u> | <u>439</u> | <u>2.685</u> | <u>1.050</u> |
| Total | <u>1.330</u> | <u>1.539</u> | <u>7.768</u> | <u>8.526</u> |

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na nota explicativa nº 12.

As aplicações financeiras pré ou pós-fixados são remuneradas a um percentual médio de 103% do CDI em 30 de junho de 2015 (103% do CDI em 31 de dezembro de 2014), Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

5. DIVIDENDOS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
| RME | 20.659 | 20.659 | - | - |
| Light | - | - | 20.515 | 20.515 |
| Total | <u>20.659</u> | <u>20.659</u> | <u>20.515</u> | <u>20.515</u> |

Na controladora, o saldo de R\$20.659, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios da controlada RME.

No consolidado, o saldo de R\$20.515, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios da investida Light.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

| | Controladora | | | |
|-----------------------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | Ativo | | Passivo | |
| | 30/06/2015 | 31/12/2014 | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 2 | 29 | - | - |
| IRPJ e CSLL a compensar | 367 | 319 | - | - |
| Outros | - | - | 2 | 5 |
| Total | 369 | 348 | 2 | 5 |

| | Consolidado | | | |
|-----------------------------------|-------------|------------|------------|------------|
| | Ativo | | Passivo | |
| | 30/06/2015 | 31/12/2014 | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 126 | 266 | - | - |
| IRPJ e CSLL a compensar | 516 | 392 | - | - |
| IRPJ e CSLL correntes | - | - | 90 | 199 |
| IRPJ e CSLL a diferidos | 169 | 208 | - | - |
| PIS e COFINS s/JCP | - | - | - | - |
| Outros | - | - | 5 | 8 |
| Total | 811 | 866 | 95 | 207 |
| Circulante | 642 | 658 | 95 | 207 |
| Não circulante | 169 | 208 | - | - |

Impostos diferidos

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
| | Base de cálculo | Tributos diferidos | Base de cálculo | Tributos diferidos |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Adoção da Lei nº 11.638 | 497 | 169 | 612 | 208 |

Os valores acima se referem à formação do ativo diferido na constituição da controlada RME em 2006, por conta de despesas pré-operacionais com assessorias e outros custos incorridos para a aquisição de participação da Light S.A. Naquela ocasião, a decisão dos administradores foi pela amortização do diferido em 120 meses, conforme previa a legislação vigente à época. Com as mudanças contábeis na adoção da Lei 11.638/07, o saldo do ativo diferido não amortizado até dezembro de 2010, foi liquidado diretamente no Patrimônio Líquido. No mesmo momento, a controlada constituiu um ativo fiscal diferido também com contrapartida no Patrimônio Líquido.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resultam em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. A Companhia optou pela não adoção antecipada da legislação em 2014 e efetuou a adoção da Lei no início de sua vigência em 2015.

6.1. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 | 01/04/2015 a 30/06/2015 | 01/01/2015 a 30/06/2015 | 01/04/2014 a 30/06/2014 | 01/01/2014 a 30/06/2014 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 | (7.318) | 9.534 | 2.125 | 26.224 |
| Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | 2.512 | (3.198) | (696) | (8.815) | 2.488 | (3.242) | (723) | (8.916) |
| Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial | (2.486) | 3.254 | 735 | 8.883 | (2.539) | 3.157 | 677 | 8.675 |
| Compensação de prejuízos/ créditos fiscais não reconhecidos por incertezas na sua realização e outros | (26) | (56) | (39) | (68) | (18) | (44) | (32) | (56) |
| IR e CSLL apresentados na demonstração do resultado | - | - | - | - | (69) | (129) | (78) | (297) |
| IRPJ e CSLL corrente no resultado | - | - | - | - | (50) | (90) | (59) | (258) |
| IRPJ e CSLL diferido no resultado | - | - | - | - | (19) | (39) | (19) | (39) |

7. INVESTIMENTOS

(a) Composição dos saldos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 30/06/2015 | 31/12/2014 | 30/06/2015 | 31/12/2014 |
| Rio Minas Energia Participações S.A. | 490.320 | 480.750 | - | - |
| Light S.A. | - | - | 482.157 | 472.873 |
| Total | 490.320 | 480.750 | 482.157 | 472.873 |

(b) Informações sobre a companhia controlada RME

A RME é parte do bloco de controle da Light, com participação de 13,03% no seu capital social:

| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Participação no capital | 100% | 100% |
| Total de ativos | 511.076 | 501.628 |
| Capital social integralizado | 205.429 | 205.429 |
| Patrimônio líquido | 490.320 | 480.750 |

| | <u>30/06/2015</u> | <u>30/06/2014</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do período | 9.570 | 26.126 |

(c) Informações sobre a controlada em conjunto indireta Light (consolidado)

| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Participação no capital | 13,03% | 13,03% |
| Total dos ativos | 14.041.666 | 13.634.194 |
| Capital social integralizado | 2.225.822 | 2.225.822 |
| Patrimônio líquido | 3.699.867 | 3.628.625 |

| | <u>30/06/2015</u> | <u>30/06/2014</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do período | 71.242 | 195.790 |

Segue o resumo dos balanços patrimoniais consolidados da investida indireta Light em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e das demonstrações dos resultados para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014:

| | Consolidado | |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>30/06/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
| <u>Ativo</u> | <u>14.041.666</u> | <u>13.634.194</u> |
| Ativo circulante | 3.482.423 | 2.955.252 |
| Ativo não circulante | 10.559.243 | 10.678.942 |
| <u>Passivo</u> | <u>14.041.666</u> | <u>13.634.194</u> |
| Passivo circulante | 3.212.813 | 2.924.772 |
| Passivo não circulante | 7.128.986 | 7.080.797 |
| Patrimônio líquido | 3.699.867 | 3.628.625 |

| | Consolidado | | | |
|--------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | 01/04/2015 | 01/01/2015 | Reapresentado 01/04/2014 | Reapresentado 01/01/2014 |
| | a | a | a | a |
| <u>Demonstração do resultado</u> | <u>30/06/2015</u> | <u>30/06/2015</u> | <u>30/06/2014</u> | <u>30/06/2014</u> |
| Receita operacional líquida | 2.441.108 | 5.602.774 | 1.815.791 | 4.098.007 |
| Custo da operação | (2.225.156) | (4.852.662) | (1.490.349) | (3.195.141) |
| Lucro bruto | 215.952 | 750.112 | 325.442 | 902.866 |
| Despesas operacionais | (161.146) | (300.194) | (183.060) | (403.859) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (35.885) | (49.150) | (4.037) | (6.755) |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | 18.921 | 400.768 | 138.345 | 492.252 |
| Resultado financeiro | (86.743) | (264.712) | (111.842) | (190.627) |
| Resultado antes do imposto renda e contribuição social | (67.822) | 136.056 | 26.503 | 301.625 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | (9.824) | (58.808) | (21.758) | (96.908) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 20.348 | (6.006) | 10.529 | (8.927) |
| Lucro líquido do período | <u>(57.298)</u> | <u>71.242</u> | <u>15.274</u> | <u>195.790</u> |

Parcela A e Outros Itens Financeiros

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela investida indireta Light SESA, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término de concessão sejam acrescentados ou abatidos do valor da indenização, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

Segue abaixo a composição do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros:

| | 30.06.2015 | | | | | |
|------------------------------------------------|----------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Total | |
| | ATIVO | PASSIVO | ATIVO | PASSIVO | ATIVO | PASSIVO |
| Itens da Parcela A | 677.692 | (120.419) | 280.911 | (46.395) | 958.603 | (166.814) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 100.612 | - | 47.728 | - | 148.340 | - |
| Custo de aquisição de energia | 544.668 | - | 221.002 | - | 765.670 | - |
| Encargo do Serviço do Sistema - ESS | - | (117.368) | - | (44.870) | - | (162.238) |
| PROINFA | 1.870 | (3.051) | - | (1.525) | 1.870 | (4.576) |
| Transporte de energia elétrica - Itaipu | 3.215 | - | 1.543 | - | 4.758 | - |
| Transporte de energia pela rede básica | 27.327 | - | 10.638 | - | 37.965 | - |
| Itens Financeiros | 179.186 | (102.686) | 75.945 | (48.816) | 255.131 | (151.502) |
| Outros itens financeiros | 9.062 | (2.966) | 3.001 | - | 12.063 | (2.966) |
| Sobrecontratação de energia | 116.464 | (84.328) | 50.791 | (42.164) | 167.255 | (126.492) |
| Neutralidade da Parcela A | - | (15.392) | - | (6.652) | - | (22.044) |
| Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16) | 53.660 | - | 22.153 | - | 75.813 | - |
| ATIVO / (PASSIVO) REGULATÓRIO BRUTO | 856.878 | (223.105) | 356.856 | (95.211) | 1.213.734 | (318.316) |
| Apresentação pelo líquido | (223.105) | 223.105 | (95.211) | 95.211 | (318.316) | 318.316 |
| TOTAL LÍQUIDO | 633.773 | - | 261.645 | - | 895.418 | - |

| | 31.12.2014 | | | | | |
|------------------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | | Não circulante | | Total | |
| | ATIVO | PASSIVO | ATIVO | PASSIVO | ATIVO | PASSIVO |
| Itens da Parcela A | 549.409 | (139.170) | 361.585 | (127.059) | 910.994 | (266.229) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 23.033 | - | 9.022 | - | 32.055 | - |
| Custo de aquisição de energia | 488.852 | - | 330.632 | - | 819.484 | - |
| Encargo do Serviço do Sistema - ESS | - | (139.170) | - | (127.059) | - | (266.229) |
| PROINFA | 7.729 | - | 147 | - | 7.876 | - |
| Transporte de energia elétrica - Itaipu | 681 | - | 766 | - | 1.447 | - |
| Transporte de energia pela rede básica | 29.114 | - | 21.018 | - | 50.132 | - |
| Itens Financeiros | 197.879 | (30.660) | 302.186 | - | 500.065 | (30.660) |
| Outros itens financeiros | 16.632 | (16.140) | - | - | 16.632 | (16.140) |
| Exposição involuntária | 132.355 | - | 256.743 | - | 389.098 | - |
| Neutralidade da Parcela A | - | (14.520) | - | - | - | (14.520) |
| Majoração de Alíquotas de PIS/COFINS (Nota 16) | 48.892 | - | 45.443 | - | 94.335 | - |
| ATIVO / (PASSIVO) REGULATÓRIO BRUTO | 747.288 | (169.830) | 663.771 | (127.059) | 1.411.059 | (296.889) |
| Apresentação pelo líquido | (169.830) | 169.830 | (127.059) | 127.059 | (296.889) | 296.889 |
| TOTAL LÍQUIDO | 577.458 | - | 536.712 | - | 1.114.170 | - |

Segue abaixo a movimentação do saldo de itens da Parcela A e outros itens financeiros no primeiro semestre de 2015:

| | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------|
| SALDO EM 31.12.2014 | 1.114.170 |
| (+) Constituição ^(a) | 962.686 |
| (-) Amortização ^(a) | (356.696) |
| (-) Recebimento de recursos de Conta ACR e CCRBT ^(a) | (875.038) |
| (+) Atualização Selic (Nota 31) | 50.296 |
| SALDO EM 30.06.2015 | 895.418 |

(a) Saldos reconhecidos no resultado em Receita Líquida, na rubrica Parcela A e outros itens financeiros - Receita não faturada (vide nota 27 do Relatório da Light).

Outras informações

Conforme Comunicados ao Mercado, divulgados em 30 de março de 2015 e 14 de abril de 2015, a investida indireta Light informou, no âmbito das notícias veiculadas na imprensa sobre a “Operação Zelotes”, que não tem conhecimento das supostas irregularidades, não foi notificada até o momento e que todos os julgamentos de processos nos quais suas subsidiárias obtiveram êxito foram baseados em teses jurídicas de conhecimento geral, fundamentadas em pareceres de personalidades renomadas no meio jurídico, bem como por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovaram a improcedência das autuações fiscais.

(d) Movimentação dos investimentos

| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 480.750 | 472.873 |
| Resultado de equivalência patrimonial | <u>9.570</u> | <u>9.284</u> |
| Saldo em 30 de junho de 2015 | <u><u>490.320</u></u> | <u><u>482.157</u></u> |

8. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2015, a Redentor Energia S.A tem como acionista controlador a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica, empresa de capital fechado, pertencente ao grupo da Companhia composto pela Companhia Energética de Minas Gerais e Redentor Fundo de Investimento em Participações.

A composição acionária está divulgada na nota 10.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, na controladora, o saldo com partes relacionadas referia-se ao saldo de dividendos a receber da controlada RME, no valor de R\$20.659, e no consolidado, os dividendos a receber da investida indireta Light, no montante de R\$20.515.

A remuneração total dos Administradores, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, corresponde na controladora a R\$120 (R\$92 em 2014) e no consolidado a R\$145 (R\$110 em 2014). Na Companhia a remuneração abrange os Conselhos de Administração e Fiscal e a Diretoria, enquanto, na controlada RME, apenas Diretoria.

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em fundo de investimento exclusivo (FIC Pampulha), que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia.

As aplicações financeiras correspondem à participação da Controlada (RME) no fundo de investimento em 30 de junho de 2015, no montante de R\$1.413, cuja representação é de 0,39% do total do fundo. O fundo de investimento é administrado pelo Banco Votorantim S.A. e foi constituído com o objetivo de atender empresas do Grupo Cemig.

9. DIVIDENDOS A PAGAR

Em 30 de junho de 2015 o montante de R\$20.576 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício de 2014.

O Estatuto Social prevê que ao lucro que remanescer após a constituição da reserva legal, será dado à seguinte destinação:

- (a) Distribuição de dividendos obrigatórios, não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- (b) Distribuição de dividendos adicionais e discricionários, em cada exercício social, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, até o montante de 100% (cem por cento) da parcela do lucro líquido remanescente.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2015, o capital social da Redentor Energia S.A. está representado por R\$250.576, dividido em 108.480.828 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

| | <u>30/06/2015</u> | <u>%</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>%</u> |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|
| <u>Acionistas</u> | ON | | ON | |
| Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica | 105.019.680 | 96,81 | 105.019.680 | 96,81 |
| Minoritários | <u>3.461.148</u> | 3,19 | <u>3.461.148</u> | 3,19 |
| Total | <u><u>108.480.828</u></u> | 100,00 | <u><u>108.480.828</u></u> | 100,00 |

(b) Reservas de Lucros

Reserva Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Os Ajustes de Avaliações Patrimoniais são provenientes de: (i) reserva reflexa de custo atribuído - ajuste reflexo da investida indireta Light S.A., quando do reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*), na data da adoção do IFRS e novos CPCs e (ii) outros resultados abrangentes - perdas ou ganhos de passivos atuariais de plano de pensão provenientes de ajuste reflexo da investida indireta Light, quando do reconhecimento do CPC 33, na adoção do IFRS e novos CPCs.

Os valores vêm sendo realizados à mesma medida da realização na investida indireta Light.

(c) Transferência de Controle e Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias, de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída de Novo Mercado (OPA)

Unificada)

Em 12 de maio de 2011, o controle acionário da Redentor foi adquirido pela Parati, sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social é detido pela Cemig, com 25%, e pelo Redentor Fundo de Investimento em Participações (“FIP Redentor”), com 75%. O FIP Redentor tem como cotistas o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Votorantim S.A., o BB Banco de Investimento S.A., e o Banco BTG Pactual S.A..

A Parati, em decorrência da citada aquisição, realizou em 30 de setembro de 2011, uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) por Alienação de Controle, adquirindo 46.341.664 ações ordinárias da Redentor, equivalente a 42,72% do total de ações, passando a deter 96,8% do seu capital social.

Em 11 de novembro de 2011, a Redentor divulgou Fato Relevante anunciando sua decisão de lançar uma nova OPA, desta vez para Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída do Novo Mercado (“OPA Unificada”).

Em 14 de março de 2013, o leilão foi realizado e a Parati adquiriu 6.451 (seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 0,19% (dezenove centésimos por cento) das ações em circulação e 0,01% (um centésimo por cento) do capital social, passando a deter 105.019.680 (cento e cinco milhões, dezenove mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias, representativas de 96,81% (noventa e seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento) do capital social da Companhia.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas foi inferior ao montante mínimo de 2/3 das ações em circulação, conforme previsto no inciso II, do artigo 16, da Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, a Companhia deverá permanecer registrada perante a CVM, com suas ações ordinárias sendo negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA, deixando de sujeitar-se às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com exceção do disposto nos itens 11.6 a 11.8 do mencionado Regulamento.

Assim ficou a composição acionária da Redentor após o Leilão:

| Composição Acionária da Redentor Energia S.A. (após o Leilão da OPA Unificada) | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Total de Ações da Redentor Energia S.A. | 108.480.828 | 100,00% |
| Quantidade de Ações da Parati | 105.019.680 | 96,81% |
| Free Float Remanescente | 3.461.148 | 3,19% |

11. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (“*Earnings per Share*”), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do período com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

| | Consolidado e Controladora | | | |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 01/04/2015 | 01/01/2015 | 01/04/2014 | 01/01/2014 |
| | a | a | a | a |
| | 30/04/2015 | 30/06/2015 | 30/04/2014 | 30/06/2014 |
| Numerador | | | | |
| Lucro Líquido (prejuízo) do período | (7.387) | 9.405 | 2.047 | 25.927 |
| Denominador | | | | |
| Média ponderada do número de ações ordinárias | 108.480.828 | 108.480.828 | 108.480.828 | 108.480.828 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária em R\$ | (0,07) | 0,09 | 0,02 | 0,24 |

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não existem diferenças entre o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos emitidos que tragam efeitos dilutivos ao cálculo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| | Controladora | | | |
|-----------------------------------------------------------|--------------|-------------|------------|-------------|
| | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 9 | 2 | 2 |
| Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento | 1.330 | 1.282 | 1.539 | 1.533 |
| Dividendos a receber | 20.659 | 20.659 | 20.659 | 20.659 |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Fornecedores | 7 | 7 | 20 | 20 |
| Dividendos a pagar | 20.576 | 20.576 | 20.576 | 20.576 |
| | | | | |
| | Consolidado | | | |
| | 30/06/2015 | | 31/12/2014 | |
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| <u>Ativo</u> | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.533 | 1.533 | 738 | 738 |
| Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento | 7.768 | 7.490 | 8.526 | 8.514 |
| Dividendos a receber | 20.515 | 20.515 | 20.515 | 20.515 |
| <u>Passivo</u> | | | | |
| Fornecedores | 11 | 11 | 35 | 35 |
| Dividendos a pagar | 20.576 | 20.576 | 20.576 | 20.576 |

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nas informações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data das informações financeiras intermediárias.

- Títulos e Valores Mobiliários

São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado, exceto os títulos mantidos até o vencimento, que são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

- Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como “empréstimo e recebíveis” e os dividendos a pagar estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data das informações financeiras intermediárias.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” (cenário I) considerou a taxa de juros, projetando-se o CDI para 30 de junho de 2015 em 11,75% conforme expectativa de mercado, baseada em dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 17 de julho de 2015. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

Risco de Redução das Taxas de Juros:

| | <u>Risco</u> | <u>Valor contábil</u> | <u>Cenário I</u> | <u>Cenário II</u> | <u>Cenário III</u> |
|---------------------------------------------|--------------|-----------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| Aplicações financeiras (nota 3) | Queda do CDI | 1.519 | 1.697 | 1.653 | 1.608 |
| Títulos e Valores Mobiliários | Queda do CDI | 7.768 | 8.681 | 8.453 | 8.224 |
| Total | | <u>9.287</u> | <u>10.378</u> | <u>10.106</u> | <u>9.832</u> |
| Impacto decorrente de decréscimos nas taxas | | | 1.091 | 819 | 545 |

(a) Valor Justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e sua controlada possuíam como instrumentos financeiros - aplicações financeiras, classificadas como equivalente de caixa e mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

(b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

(c) Política de utilização de derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos em 30 de junho de 2015. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

13. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia é uma “*holding*”, que tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas. Desta maneira, a Administração acredita que opera em um único segmento. Assim, a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas apresentam as informações requeridas sobre seu segmento operacional.

14. SEGUROS

A Companhia, por ser uma “*holding*” com participação indireta na Light, por meio da sua controlada RME, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos, tem contratado seguros para: i) *Directors&Officers* (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais e, desta forma, sua Administração entende serem suficientes os seguros efetuados.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Alienação da participação da controlada Light Energia na Renova Energia

Em 15 de julho de 2015, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) da Light Energia com a SunEdison, Inc. (“SunEdison”), o qual estabelece os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias atualmente detidas pela Light Energia na Renova Energia.

Nos termos do CCVA, o valor de alienação das ações ordinárias, correspondentes, naquela data, a 15,87% do capital social total da Renova Energia, será de USD250.000 (duzentos e cinquenta milhões de dólares). O pagamento será realizado no fechamento da Operação mediante a entrega de novas ações a serem emitidas pela SunEdison e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”), sob o ticker SUNE.

Também em 15 de julho de 2015, foi contratada uma instituição financeira para alienar as ações da SunEdison a serem recebidas pela Light Energia, com um custo pré definido. A revenda das ações será registrada de acordo com a legislação americana de forma que as ações possam ser revendidas livremente pela Light Energia na NYSE imediatamente após o recebimento. A instituição financeira efetuará o pagamento à Light Energia em até três dias úteis após o fechamento da Operação. Esta contratação busca proteger a Light Energia da volatilidade do preço das ações a partir do início do Período de Precificação das Ações da SunEdison até a data do fechamento.

A conclusão da operação ainda está sujeita a condições precedentes, cuja ocorrência não é garantida, como aprovação pela Aneel e dispensa das restrições para transferência das Ações relacionadas aos Acordos de Acionistas da Renova.

O valor contábil do investimento na Renova Energia, em 30 de junho de 2015, é de R\$495.764.

(b) Obtenção de liminar para impedir o ajuste do MRE

Em 14 de julho de 2015, a investida indireta Light Energia obteve decisão judicial favorável nos autos da ação judicial movida em face da Aneel, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder ao ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física das usinas. A decisão tem o objetivo de estancar os desembolsos de caixa ocorridos em razão dos atuais baixos valores do *Generation Scaling Factor* - GSF, que refletem, desde o início de 2014, a circunstância de a geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos de ordem tanto estrutural quanto conjuntural, alheios à esta investida indireta.

O valor referente ao passivo correspondente à geração inferior à garantia física de competência de junho de 2015, para a investida indireta Light Energia, que tem vencimento para agosto de 2015, no montante de R\$25.815, foi reconhecido nas informações trimestrais da investida Light de 30 de junho de 2015.

Além do reconhecimento de seu direito à limitação da exposição ao fator de ajuste, a investida indireta Light Energia busca também a recuperação dos desembolsos anteriores a junho de 2015 causados pelo ajuste do MRE. Os valores já pagos pela investida indireta Light Energia anteriores a junho de 2015, para os quais a investida indireta Light Energia busca recuperação, não foram registrados como ativo nas informações trimestrais de 30 de junho de 2015.

Em 04 de agosto de 2015, a investida indireta Light SESA obteve decisão judicial favorável nos autos da ação judicial movida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE, em face da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), determinando à CCEE que, até decisão final, abstenha-se de imputar às afiliadas da ABRADÉE o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos de GSF sobre geradores hidrelétricos, bem como de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente. Em função dos argumentos apresentados na referida ação, a investida indireta Light SESA e seus assessores jurídicos entendem que a probabilidade de perda na discussão é possível. Consequentemente, nenhum passivo adicional ao GSF devido à investida indireta Light SESA, que seria advindo de efeitos de decisões judiciais de outros geradores de energia, foi reconhecido nas informações trimestrais da investida Light de 30 de junho de 2015. Caso o referido passivo fosse registrado, a Companhia teria o registro da CVA correspondente.

Conselho de Administração

César Vaz de Melo Fernandes
Oderval Esteves Duarte Filho
Marcos Ricardo Lot
Maura Galuppo Botelho Martins
Paulo Ângelo Carvalho de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Tito Lívio de Figueiredo
Adriano Miglio Porto
Amâncio Acurcio Gouveia
Francisco Vicente Santana Silva Telles

Suplentes

Aluisio Eustáquio de Freitas Marques
Rodrigo de Oliveira Perpétuo
Paulo César Teodoro Bechtluft
Antônio Kardec Gomes

Diretoria

Paulo Eduardo Pereira Guimarães - Diretor Presidente
Guilherme Rodrigues de Paula Chiari - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
João Alan Haddad – Diretor Administrativo

Contador

Edmundo Leão de Matos Filho
CRC-MG nº 56.401/O-6